



# TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de serviços de consultoria, assessoramento e responsabilidade técnica no âmbito do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”.

Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.

Marau, 20 de março de 2026.



## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s):** A solicitação desta contratação parte do Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.

**1.2. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações:** O objeto da presente contratação está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026, e suas despesas serão suportadas pela dotação orçamentária indicada no **tópico 11. do presente Termo de Referência**.

## 2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente Licitação a *Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de serviços de consultoria, assessoramento e responsabilidade técnica no âmbito do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet*.

**2.2.** O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para a presente contratação:

Item	Descrição do Produto	Código	Unid.	Quant.
1	Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de consultoria e assessoramento técnico especializado, com atuação voltada ao planejamento, acompanhamento, monitoramento, orientação técnica, responsabilidade técnica e apoio técnico operacional das ações do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”	011.029.256	Mês	12

**2.3. Da classificação/natureza do objeto:** O objeto desta contratação se enquadra como serviço comum: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme definição disposta no Art. 6, XIII da Lei 14.133/2021. Ainda, possuem natureza continuada, conforme inciso XV do mesmo artigo.

**2.4. Do prazo de vigência da contratação:** A vigência desta contratação será de 12 (doze)



meses, contados da data de assinatura do termo contratual.

**2.4.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**2.5.** A prorrogação desta contratação está condicionada a:

**2.5.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com a motivação da prorrogação contratual, atestado pela autoridade competente, com a manifestação de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**2.5.2.** Manifestação expressa do interesse do contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**2.5.3.** Indicação da existência de créditos orçamentários vinculados.

**2.5.4.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Município de Marau/RS instituiu, por meio da Lei Municipal nº 6.048/2022, a política pública de manejo ético populacional de cães e gatos, estabelecendo diretrizes voltadas ao controle reprodutivo, à prevenção de zoonoses, à promoção do bem-estar animal, à educação social para guarda responsável e ao enfrentamento de situações de maus-tratos.

A execução dessas diretrizes é realizada, de forma estruturada, por meio do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “*Marau CuidaPet*”, o qual se consolidou como **política pública permanente, contínua e de relevante interesse público**, com impacto direto nas áreas de saúde pública, meio ambiente, proteção animal e bem-estar coletivo.

Ao longo de sua execução, o programa passou por significativo processo de amadurecimento técnico e institucional, com ampliação do escopo de atuação, integração intersetorial e aumento da complexidade das demandas, destacando-se:

- *Planejamento estratégico baseado em indicadores populacionais, sanitários e territoriais;*
- *Monitoramento, consolidação e análise de dados técnicos para avaliação de resultados;*
- *Estruturação e padronização de fluxos administrativos e técnicos relacionados a denúncias, visitas orientativas e encaminhamentos;*
- *Emissão de pareceres e laudos técnicos em situações envolvendo maus-tratos,*



*vulnerabilidade social e saúde pública;*

- *Capacitação contínua da equipe técnica, diante da ampliação das atribuições institucionais;*
- *Apoio técnico à fiscalização e à tomada de decisões administrativas;*
- *Articulação com órgãos de controle, instâncias participativas e entidades da sociedade civil.*

O modelo anteriormente adotado mostrou-se adequado à fase inicial de implantação do programa, com foco na sua estruturação e operacionalização. Contudo, diante da evolução e consolidação das ações, **o modelo atual passou a apresentar limitações frente às exigências técnicas, legais e operacionais do programa em seu estágio atual de maturidade.**

Dentre as principais lacunas identificadas, destaca-se a ausência de formalização de Responsabilidade Técnica por profissional Médico(a) Veterinário(a) com especialização em Veterinária do Coletivo, o que se torna essencial considerando a natureza das atividades desenvolvidas e sua interface direta com saúde pública, vigilância sanitária, proteção animal e gestão ambiental.

A inexistência dessa estrutura técnica formalizada, compromete, entre outros aspectos:

- *A conformidade técnica, sanitária e ética das ações executadas;*
- *A padronização metodológica e validação de protocolos;*
- *A segurança jurídica da atuação administrativa;*
- *O suporte técnico qualificado à tomada de decisões;*
- *A mitigação de riscos institucionais relacionados à saúde pública e à proteção animal;*
- *A ampliação de atuação do Poder Público Municipal;*
- *A adequada observância das obrigações legais vigentes.*

Dessa forma, o Município de Marau/RS, por meio do Departamento de Engenharia e Meio Ambiente – órgão responsável pela coordenação e execução do Programa “Marau CuidaPet” -, encontra-se diante da necessidade de reestruturação do modelo técnico-operacional do programa, a fim de adequá-lo ao seu estágio atual de desenvolvimento.

Tal reestruturação demanda a incorporação de suporte técnico especializado, com ênfase em planejamento, monitoramento, capacitação e coordenação técnica estruturada, superando o modelo predominantemente operacional anteriormente adotado.



Ressalta-se que a presente necessidade não se confunde com substituição de mão de obra interna, tampouco com contratação de serviços com dedicação exclusiva, tratando-se de demanda por suporte técnico especializado, orientado por resultados, entregas e responsabilidade técnica.

Dessa forma, o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução apta a atender a demanda e promover a execução de política pública de relevante interesse social, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e normas legais vigentes.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Tendo em vista o planejamento realizado através do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) representa a solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório visando a *Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de serviços de consultoria, assessoramento e responsabilidade técnica no âmbito do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”*.-

Verifica-se que os serviços a serem contratados, embora necessitem de profissionais responsáveis técnicos, possuem características que permitem sua padronização e definição objetiva de requisitos técnicos e operacionais, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Da mesma forma, tratam-se de serviços de natureza continuada, conforme disposto no inciso XV do mesmo artigo.

Diante dessas características e considerando a necessidade de promover ampla competitividade, transparência e economicidade, definiu-se que a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço global, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A adoção dessa modalidade possibilita a ampliação da participação de prestadores de serviços, estimula a competitividade e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

#### **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



## **5.1. Dos critérios de sustentabilidade:**

**5.1.1.** A *Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para atuação junto ao Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – Marau CuidaPet* -, apresenta baixo impacto ambiental uma vez que as atividades envolvem essencialmente ações de planejamento, assessoria e orientação para o manejo ético de populações animais.

Possíveis impactos ambientais indiretos:

- a)** Geração de resíduos de serviços de saúde (biológicos e perfurocortantes) os quais devem ser separados e descartados corretamente;
- b)** Consumos de água, energia e combustíveis em deslocamentos e atividades operacionais.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as normas da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da RDC/ANVISA nº 222/2018, especialmente quanto ao manejo e à destinação final dos resíduos, quando houver sua geração, devendo, ainda:

- a)** Assegurar o armazenamento, transporte e destinação adequados de medicamentos e resíduos, por meio da secretaria de saúde, se utilizado;
- b)** Promover o uso racional de recursos naturais, adotando práticas de economia de água, energia e otimização de deslocamentos;
- c)** Implementar boas práticas de biossegurança e capacitação das equipes quanto à gestão ambiental e ao manejo ético dos animais;
- d)** Garantir que todas as ações estejam em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de bem-estar animal vigentes.

Diante disso, concluímos que a execução contratual apresenta baixo impacto ambiental, sendo plenamente mitigável mediante o cumprimento das medidas preventivas acima descritas.

Ademais, destaca-se que políticas públicas como as executadas por meio do Programa “Marau CuidaPet” possuem relevante impacto social, contribuindo diretamente para a promoção da saúde pública, do bem-estar animal e da sustentabilidade ambiental, além de auxiliar na prevenção de zoonoses e no fortalecimento das ações de proteção animal no âmbito municipal.

## **5.2. Da subcontratação**

**5.2.1.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, devendo a empresa contratada executar diretamente os serviços assumidos, mantendo integral



responsabilidade técnica, operacional, administrativa e jurídica pela execução do contrato.

### **5.3. Da garantia da contratação**

**5.3.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Das condições de execução**

**6.1.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.2.** Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura do Contrato, a Contratada deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços, observadas as condições e prazos que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria Solicitante.

**6.1.3.** Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, a Contratada deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**6.1.4.** A Contratada compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os serviços prestados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos no Termo de Referência e Edital, imediatamente após o comunicado do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais ao Município.

**6.1.5.** A Contratada não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários relativa aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus prepostos ou terceiros.

**6.1.6.** A Contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta contratação.

**6.1.7.** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Contratação, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6.1.8.** No caso de descumprimento dos prazos e condições determinadas, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital e/ou Contrato.

**6.1.9.** Para fins de execução do Programa “Marau CuidaPet” e sempre que necessário ao desenvolvimento das atividades, o Município poderá disponibilizar, mediante prévio agendamento e conforme disponibilidade, veículo oficial e motorista para deslocamentos relacionados às ações do programa.



**6.1.10.** A responsabilidade técnica e serviços assumidos pela contratada limita-se aos aspectos técnicos, sanitários, éticos e de padronização de diretrizes e protocolos do programa, não se confundindo, em nenhuma hipótese, com atribuições de fiscalização administrativa ou contratual, controle financeiro, conferência de medições, validação de pagamentos, auditoria de contratos ou apuração de responsabilidades, as quais permanecem sob responsabilidade exclusiva da Administração Municipal.

## **6.2. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.2.1.** A execução dos serviços ocorrerá de forma continuada, compatível com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”.

**6.2.1.1.** A Contratada será responsável pela disponibilização de profissionais legalmente habilitados e devidamente qualificados para a execução dos serviços, inexistindo qualquer vínculo funcional ou empregatício entre tais profissionais e o Município.

**6.2.2.** Para fins de adequada execução do objeto, a prestação dos serviços deverá ocorrer em, no mínimo, **04 (quatro) dias por semana**, em dias úteis, podendo tal frequência ser ampliada de acordo com a necessidade, desde que observada a disponibilidade técnica semanal máxima de **32 (trinta e duas) horas, sempre de forma presencial**. Este período é utilizado exclusivamente como parâmetro de dimensionamento das atividades, não se caracterizando como controle de jornada ou carga horária fixa.

**6.2.3.** A execução dos serviços ocorrerá, como regra geral, em dias úteis e de forma compatível com o horário de funcionamento da Administração Municipal, podendo os dias e períodos de atendimento serem ajustados de comum acordo entre Contratada e Contratante, conforme a natureza das atividades, o cronograma das ações e as demandas do Programa Municipal.

**6.2.4.** A Contratada poderá ser convocada a participar de campanhas, mutirões, ações educativas e eventos institucionais, inclusive aos finais de semana, quando necessário e previamente solicitado pela Administração. As horas de serviço executadas nessas atividades poderão ser compensadas durante a semana, mediante ajuste entre as partes.

**6.2.5.** A execução do objeto compreenderá atividades de natureza técnica especializada e atividades de apoio técnico-operacional, conforme as demandas do Programa.

**6.2.6.** Dentre as **atividades técnico-operacionais** a serem realizadas pela Contratada, incluem-se, mas não se limitam a:

- a) Vistorias técnicas e análise de casos concretos;*
- b) Emissão de relatórios, pareceres e laudos técnicos;*
- c) Ações educativas em escolas e comunidades;*
- d) Apoio técnico-operacional em ações clínicas não cirúrgicas, como vacinação e*



*microchipagem;*

*e) Apoio em campanhas e mutirões;*

*f) Organização de registros e consolidação de informações.*

*g) A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica, consistência e conformidade dos serviços prestados.*

**6.2.7.** As atividades de planejamento técnico, definição de diretrizes, assessoramento estratégico, capacitações e validação técnica permanecerão sob responsabilidade do profissional Responsável Técnico indicado pela Contratada.

**6.2.7.1.** As atividades de caráter técnico-operacional poderão ser executadas por outros médicos-veterinários legalmente habilitados, desde que sob orientação e supervisão técnica do Responsável Técnico.

**6.2.8.** A Contratada deverá apresentar relatórios periódicos de acompanhamento técnico das atividades desenvolvidas, conforme definido pela Administração.

**6.2.9.** A Contratada deverá comunicar formalmente ao Município quaisquer anormalidades verificadas na execução dos serviços.

**6.2.10.** O recebimento dos serviços pelo Município não exclui a responsabilidade civil da Contratada por eventuais vícios de quantidade ou qualidade, nos termos da legislação aplicável.

**6.2.11.** Os serviços deverão ser prestados, de forma presencial, em local a ser designado pelo Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.

**6.2.12.** A Contratada deverá atuar durante toda a vigência contratual em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), assegurando o tratamento adequado, seguro e legal dos dados eventualmente acessados ou processados no âmbito da presente contratação.

**6.2.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos.

**6.2.14.** A Contratada é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra serão de responsabilidade da Contratada. Além disso, a empresa contratada será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a prestação dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

**6.2.15.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços, ora contratados, serão de exclusiva responsabilidade da contratada, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.



## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** A estimativa da despesa foi realizada em conformidade com o disposto no Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Para a presente contratação, optou-se pela adoção de **orçamento sigiloso**, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**7.3.** A não divulgação prévia do valor estimado da contratação tem por finalidade incentivar a apresentação de propostas mais competitivas, compatíveis com os preços praticados no mercado, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **8.1. Das orientações gerais da fiscalização contratual**

**8.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.1.2.** As comunicações entre o Município e a empresa prestadora do serviço devem ser realizadas por e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade.

**8.1.3.** O Município poderá convocar o responsável legal da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.1.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa vencedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.

**8.1.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/2021:

### **8.2. Dos responsáveis pela fiscalização**

**8.2.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

**Gestor do contrato:** Nelci Silvestri;

**Fiscal volante titular:** O fiscal será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

**Fiscal volante suplente:** O fiscal volante suplente será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

**Fiscal administrativo titular:** O fiscal será designado, de acordo com a Portaria vigente, no



momento da elaboração do contrato administrativo.

**Fiscal administrativo suplente:** O fiscal administrativo suplente será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

**Fiscal Técnico:** o fiscal será designado pelo veterinário responsável, de acordo com Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

**Fiscal Técnico Suplente:** o fiscal técnico suplente será designado pelo veterinário responsável, de acordo com Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

### **8.2.2. Do gestor do contrato**

**8.2.2.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

**8.2.2.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.2.2.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, caso necessário.

**8.2.2.4.** Ao término do contrato, o Gestor de Contratos deverá elaborar um relatório final onde possa descrever como foi a gestão do ciclo de vida do contrato, suas particularidades, problemas enfrentados, soluções aplicadas e principalmente as lições aprendidas.

### **8.2.3. Do fiscal volante**

**8.2.3.1.** O fiscal volante do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**8.2.3.2.** O fiscal volante do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.2.3.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal volante do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**8.2.3.4.** O fiscal volante do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**8.2.3.5.** Durante a execução do objeto, o fiscal volante designado deverá monitorar



constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao licitante a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**8.2.3.6.** O fiscal volante deverá, mensalmente, formalizar a avaliação da execução do objeto, encaminhando a aprovação ao fiscal administrativo para dar sequência ao procedimento de pagamento.

**8.2.3.7.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções ao licitante de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**8.2.3.8.** O fiscal volante poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**8.2.3.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do licitante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **8.2.4. Da fiscalização administrativa**

**8.2.4.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do licitante, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**8.2.4.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**8.2.4.3.** O fiscal técnico administrativo comunicará ao gestor do contrato e a Secretaria solicitante, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**8.2.4.4.** O fiscal administrativo do contrato deverá, mensalmente, formalizar a avaliação das condições de habilitação do licitante, encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis, em caso de irregularidade.

**8.2.4.5.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal administrativo do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

#### **8.2.5. Da fiscalização técnica**



**8.2.5.1.** O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, no contrato e nos demais documentos que integram a contratação, de modo a assegurar a adequada execução dos serviços e o atendimento do interesse público.

**8.2.5.2.** O fiscal técnico registrará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução dos serviços, especialmente quanto ao cumprimento das atividades técnicas previstas, à qualidade dos produtos entregues, aos prazos, à atuação da equipe técnica, à realização de reuniões, visitas, vistorias, campanhas, relatórios, diagnósticos, pareceres, protocolos e demais instrumentos vinculados ao Programa “Marau CuidaPet”.

**8.2.5.3.** Identificada qualquer inexatidão, falha, atraso, desconformidade técnica ou irregularidade na execução do objeto, o fiscal técnico comunicará o fiscal administrativo e/ou o gestor do contrato, conforme o caso, para que seja providenciada a notificação da empresa prestadora de serviços, com indicação das providências necessárias e do prazo para regularização.

**8.2.5.4.** O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão administrativa, alteração de planejamento, ajuste de cronograma, providência corretiva ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

**8.2.5.5.** Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar a qualidade dos serviços prestados, avaliando a compatibilidade das atividades desenvolvidas com os objetivos da contratação, especialmente quanto ao planejamento, coordenação, apoio técnico, orientação, monitoramento, avaliação e acompanhamento das ações relacionadas à saúde pública veterinária, ao manejo ético populacional, ao bem-estar animal e à educação comunitária em saúde animal.

**8.2.5.6.** No caso de ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos, a continuidade dos serviços, a execução das ações programadas ou o atendimento das metas e entregas previstas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**8.2.5.7.** Na hipótese de desconformidade dos serviços em relação às condições técnicas, prazos, qualidade ou entregas exigidas, deverão ser adotadas as providências cabíveis para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**8.2.5.8.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa prestadora de serviços pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por falhas técnicas, omissões, atrasos, informações incorretas, danos, irregularidades ou descumprimento das obrigações assumidas, não implicando corresponsabilidade da Administração, de seus agentes, gestores ou fiscais.



## **9. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, a contar do recebimento da fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Solicitante.

**9.2.** O contratado deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. Após a emissão, iniciará a contagem do prazo de até 10 (dez) dias úteis para o pagamento.

**9.3.** A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a execução do objeto for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

**9.4.** O CNPJ do contratado constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

**9.5.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura pela empresa prestadora do serviço, com indicação do número do Processo Licitatório e sua modalidade, e ser acompanhada de todos os documentos previstos neste contrato.

**9.6.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- e) Relatórios detalhados dos serviços prestados, contendo a descrição das atividades técnicas desenvolvidas no período.

**9.6.2.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**9.7.** Para fins de pagamento, o contratado deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em



nome da pessoa jurídica, ou seja, do licitante vencedor.

**9.8.** O valor devido ao Contratado, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**9.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**9.10.** O pagamento ao contratado, pelo serviço prestado, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**9.11.** O contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**9.12.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

**9.13.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o contratado apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo contratado.

**9.14.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.



## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**10.1.1.** O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

### **10.2. Das exigências da habilitação**

**10.2.1.** Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

### **10.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**10.3.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

**10.3.2.** Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

**10.3.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**10.3.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**10.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**10.3.6.** Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

### **10.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**10.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

**10.4.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.4.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;



**10.4.4.** Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**10.4.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **10.5. Comprovação da Capacidade Técnico-Profissional**

**10.5.1.** A licitante deverá comprovar que dispõe, em seu quadro técnico, de profissional com formação compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no respectivo conselho profissional, quando exigível, detentor de experiência na execução, coordenação, planejamento, acompanhamento, consultoria, assessoria ou apoio técnico em serviços compatíveis com o objeto da contratação.

**10.5.1.1.** A comprovação da capacidade técnico-profissional poderá ser realizada mediante atestado(s), declaração(ões), certidão(ões) ou documento(s) equivalente(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a atuação do profissional em atividades compatíveis com o objeto da contratação, relacionadas à saúde pública veterinária, Medicina Veterinária do Coletivo, manejo ético populacional, bem-estar animal, educação comunitária, planejamento, coordenação, consultoria, assessoria, apoio técnico, elaboração de documentos técnicos, vistorias, campanhas, ações clínicas ou políticas públicas correlatas.

**10.5.1.2.** As certidões, atestados, declarações ou documentos equivalentes apresentados poderão ser objeto de diligência, a qualquer momento, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, junto à pessoa jurídica emissora, inclusive mediante solicitação de documentos complementares que comprovem a origem das informações prestadas.

**10.5.1.3.** Será admitida a comprovação da experiência por meio de um ou mais documentos, inclusive de forma conjunta, desde que, em seu conjunto, demonstrem a compatibilidade da atuação do profissional com as atribuições previstas no objeto da contratação.

**10.5.1.4.** Os documentos apresentados poderão se referir a atividades concluídas ou em execução, desde que, neste último caso, reste demonstrada a efetiva atuação do profissional nas atividades técnicas descritas no documento.

**10.5.1.5.** A comprovação da qualificação técnico-profissional será realizada por critérios qualitativos, relacionados à natureza, complexidade e aderência das atividades desempenhadas pelo profissional ao objeto licitado, não sendo exigida a comprovação de quantitativos mínimos, postos de trabalho, dedicação exclusiva de mão de obra ou execução direta de atividades operacionais.

**10.5.1.6.** Não serão considerados, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, cursos de capacitação isolados, participação em eventos, experiências meramente acadêmicas, estágios curriculares ou extracurriculares e atividades voluntárias que não demonstrem efetiva atuação técnica compatível com o objeto da contratação.

**10.5.1.7.** Os documentos apresentados deverão comprovar a atuação do profissional em nível de coordenação, consultoria, assessoria técnica, responsabilidade técnica, planejamento, monitoramento, avaliação ou apoio técnico qualificado em programas, projetos ou políticas públicas relacionadas ao manejo populacional ético, à saúde pública veterinária ou ao bem-



estar animal, não sendo admitida a comprovação baseada exclusivamente em participação meramente acessória ou acompanhamento de atividades isoladas, sem atribuição técnica formal.

### **10.5.2. Comprovação da Qualificação Técnico-Profissional**

**10.5.2.1.** As atividades técnicas compreendidas no objeto da contratação deverão ser executadas ou supervisionadas por médico-veterinário legalmente habilitado, com registro profissional ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV e qualificação compatível com a área de atuação.

**10.5.2.2.** A licitante deverá comprovar a disponibilidade de, no mínimo, 01 (um) médico-veterinário com graduação em Medicina Veterinária, registro profissional ativo no CRMV e pós-graduação lato sensu concluída em Medicina Veterinária do Coletivo, o qual atuará como coordenador técnico e responsável técnico pelas ações desenvolvidas no âmbito do contrato, mediante apresentação dos seguintes documentos:

**10.5.2.2.1.** comprovação da formação superior em Medicina Veterinária, mediante apresentação de diploma de graduação devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou outro documento idôneo que comprove a conclusão do curso superior;

**10.5.2.2.2.** comprovação da pós-graduação lato sensu concluída em Medicina Veterinária do Coletivo, mediante apresentação de certificado emitido por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação – MEC, observadas as normas aplicáveis à modalidade;

**10.5.2.2.3.** comprovação da regularidade profissional, mediante apresentação de registro profissional ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

**10.5.2.3.** Não será aceita, para fins de habilitação, a apresentação de matrícula, declaração de frequência, certificado parcial, atestado de curso em andamento, especialização não concluída ou qualquer outro documento que não comprove a efetiva conclusão da pós-graduação exigida.

**10.5.2.4.** Deverá ser comprovado o vínculo ou a disponibilidade do profissional indicado como coordenador técnico e responsável técnico em relação à licitante, admitindo-se, para tanto, a apresentação de um dos seguintes documentos:

**I** – ficha de registro de empregado e Carteira de Trabalho, com o respectivo contrato anotado;

**II** – contrato de prestação de serviços;

**III** – contrato social, no caso de sócio, administrador ou diretor da empresa;

**IV** – termo de compromisso firmado pela licitante e pelo profissional indicado, caso o vínculo ainda não esteja formalizado no momento da habilitação, comprometendo-se a disponibilizar e comprovar o vínculo até a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

**10.5.2.4.1.** Caso o profissional indicado como coordenador técnico e responsável técnico conste nos registros da empresa licitante perante o conselho profissional competente, tal circunstância poderá ser aceita como elemento de comprovação do vínculo ou da responsabilidade técnica, desde que acompanhada de declaração de disponibilidade do profissional para atuar na execução do objeto, caso a licitante seja contratada.



#### **10.6. Documentos relativos à qualificação econômica:**

**10.6.1.** Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

**10.6.2.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

#### **10.7. Outros documentos de habilitação (declarações)**

**10.7.1.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**10.7.2.** Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

**10.7.3.** Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

**10.7.4.** Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**10.7.5.** Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **10.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

**10.8.1.** O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP), deverá apresentar a declaração constante no item 10.3.6. deste Termo de Referência.

**10.8.1.1.** Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 10.3.6 deste Termo de Referência, será declarado inabilitado.

**10.8.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de



regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**10.8.3. O licitante que se enquadra nos benefícios concedido pela 123/2006**, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Pregão, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

**10.8.3.1.** A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

**10.9.** Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.10.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

**10.11.** Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.



**10.12.** Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

**10.13.** Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.14.** Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas e custeio do objeto deste contrato, serão subsidiadas com recursos consignados na seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade: 000201

Funcional: 18.541.0124.2069.0000

Catec. Econ.: 3.3.90.39.05

ORGAOS SUBORDINADOS MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1** Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9545, e pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br) ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.



Marau, 20 de março de 2026.

---

Marcelo Boscatto  
Departamento de Engenharia e Meio Ambiente

---

Responsável pela elaboração do Termo de Referência  
Julia Luiza Marafon  
Coordenadora Operacional